EDUCAÇÃO SEXUAL NO LIVRO DE PORTUGUÊS: CIDADANIA PELA TRANSVERSALIDADE

SEXUAL EDUCATION IN THE PORTUGUESE TEXTBOOK: CITIZENSHIP THROUGH TRANSVERSALITY

EDUCACIÓN SEXUAL EN LIBRO DE PORTUGUÉS: CIUDADANÍA POR LA TRANSVERSALIDAD

Eduardo Oliveira Henriques de Araújo

Resumo
O presente artigo expõe os resultados de uma investigação concernente à apreciação formativa cidadã do tema transversal "Saúde" nos livros didáticos de Língua Portuguesa (LDP) enquanto atendimento às designações das políticas nacionais de Educação Básica. Para a realização dessa pesquisa, com base na Análise Dialógica do Discurso (ADD) formulada pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2003; VOLOSHINOV, 1997), perquiriram-se documentos oficiais norteadores das práticas pedagógicas, do currículo e dos objetivos da escolarização, sendo-os a LDB (1996), os PCN (2000) e o PNLD (2014), em diálogo com o LDP Português: Linguagens (2014). Os dados desvelam a permanência do objetivismo abstrato no ensino e a negação ao estudo dos gêneros, do sexo e da sexualidade como obstrução à promoção da saúde garantida aos brasileiros pela Constituição de 1988.
Palavras-Chave: Educação e Saúde; Análise Dialógica do Discurso; Livro Didático de Português.

Abstract
This article presents the results of an investigation concerning the study of the transversal theme "Health" in the Portuguese Language Textbooks (LDP) as part of the National Basic Education policy designations. For the realization of this research, based on the Dialogical Analysis of Discourse (ADD) formulated by the Circle of Bakhtin (BAKHTIN, 2003; VOLOSHINOV, 1997), official documents that guide pedagogical practices, curriculum and purpose of schooling - LDLD (1996), PCN (2000) and PNLD (2014)- were searched in dialogue with LDP Português: Linguagens (2014). The data reveal the permanence of abstract objectivism in education and the denial of the study of gender, sex and sexuality as an obstacle to health promotion guaranteed to Brazilians by the 1988 Constitution.
Key-Words: Education and Health; Dialogical Discourse Analysis; Portuguese Textbook.

Resumen
El presente artículo presenta los resultados de una investigación de la evaluación de la formación ciudadana del tema transversal "Salud" en libros didácticos de Lengua Portuguesa (PLD) como un servicio a las designaciones de las políticas nacionales de educación básica. Para eso, basada en el Análisis Dialógico del Discurso (ADD) formulado por el Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2003; VOLOSHINOV, 1997), se investigaron los siguientes documentos oficiales que guían la enseñanza, el currículo y los objetivos de la escolarización: LDB (1996), el PCN (2000) y el PNLD (2014), en diálogo con el LDP Português: Linguagens (2014). Los datos revelan la permanencia del objetivismo abstracto en la educación y la negación del estudio de género, sexo y sexualidad como obstrucción de la promoción de la salud asegurada por las leyes a los brasileños.
Palavras-Clave: Educación y Salud; Análisis del Discurso Dialógico; Libro Didáctico del Portugués.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após a Redemocratização vivida pelo Brasil nos anos 1980, a Educação assume como escopo a garantia da promoção à dignidade humana a todos os cidadãos brasileiros. Assinalados os Direitos Civis, os Direitos Sociais e os Direitos Políticos, bem como os deveres para com a ordem pública, na Constituição de 1988, subsequentes empreendimentos legais firmaram políticas públicas de acesso, manutenção e permanência educacionais universais, abalizando a escola básica enquanto ambiente formativo civilizador, humanizador, fomentador intelectual e promotor de cidadania.

Assisada no contexto glosado, a Educação brasileira alicerça a sua existência e orquestra sua atuação social na intenção precípua de instituir uma formação essencialmente transversal e transdisciplinar vocacionada ao preparo dos seus educandos para o exercício pleno de sua condição cidadã, consoante posturas reflexivas, críticas e autônomas frente aos saberes, conhecimentos e competências culturais assumidas desde o processo de escolarização, mas com vistas à vida ordinária para além de quaisquer recintos pedagógicos. Por conseguinte, sobreleva-se a cidadania diante dos demais objetivos da escolarização, tendo-a como propensão primaz da experiência formal de educação, estando ao serviço dessa o desenvolvimento cognitivo, intelectual e humanístico e a qualificação profissional.

Ao passo em que ilustra o exposto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) também estrutura e oficializa o sistema educacional da nação enquanto política pública cidadã ao enfatizar em seu artigo segundo que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A mesma lei salienta ainda que o expresso sentido final da escolarização deve ser atingindo por meio da liberdade de ensino e de aprendizagem (art.3º, II), da defesa da diversidade ideológica (art.3º, III), e do amparo à liberdade e à tolerância (art.3º, IV), como diretrizes basilares à ensinaça democrática.

Nesse sentido, centraliza-se o educando como cidadão em formação, ao qual são inalienáveis à experiência escolar a ciência, tanto quanto de seus deveres e responsabilidades aos quais está condicionada a manutenção do gozo de seu status, de seus direitos. Dentre esses, sublinhe-se o acesso irrestrito à saúde, cuja sagração advém do artigo 196 da Carta Magna: a saúde é direito de todos e dever do Estado. Logo, ganha relevo a obrigação da escola para com a promoção da saúde à população, através de experiências pedagógicas que

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

convirjam higiene, hábitos saudáveis, atitudes preventivas, atenção a sintomas e cuidados às enfermidades, com "foco na melhoria da qualidade de vida da população" (BRASIL, 2018).

Justamente por tal conjuntura, a Educação nacional institui, mediante seus documentos orientadores, a exemplo da LDB (1996), dos PCN (2000) e do PNLD (2014), encaminhamentos para uma experiência escolar de promoção da saúde. Uma dessas experiências figura corporificada nos Temas Transversais (1997), que salienta a importância da "Educação para a Saúde" como resultado de que "a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social" (BRASIL, 1997, p.28). Todavia, um outro eixo da transversalidade, o "Orientação Sexual", esbarra e sofre as nefastas consequências do preconceito normalizador e marginalizador de abjeção ao sexo, às sexualidades e às identidades de gênero não padrões, culminando em entraves e cerceamentos à Educação para a Saúde em escolas básicas dos quatro cantos do Brasil.

Em face do exprimido, pôr-se-á em perspectiva a "Educação para a Saúde" como direito constituído do educando, o qual será glosado em atenção às especificidades da promoção da saúde sob contextos de "Orientação Sexual", a fim de explicitar que o não engajamento da comunidade escolar em paralelo ao estado de "fogo morto" das políticas públicas relacionadas ao sexo, à sexualidade e às identidades de gênero acarretam em prejuízos à saúde pública e aleijam a formação escolar e a cidadania de estudantes pelo país inteiro. Tomando como lente os pressupostos da Análise Dialógica do Discurso do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2003; VOLOSHINOV, 1997), verificar-se-ão os diálogos estabelecidos entre as diretrizes e os ordenamentos para uma educação cidadã, para a "Educação para a Saúde" e para a "Orientação Sexual", alinhavando-se, com isso, as implicações que tais questões efetivamente operam na promoção de dignidade à vida dos brasileiros, conforme a materialização desses discursos pedagógicos no LDP Português: Linguagens (2014).

Em face do exposto, uma imersão no volume da coleção do William Roberto Cereja e da Thereza Cochar Magalhães (2014) para o 8º ano, contemplando a transversalidade para os temas da saúde e da sexualidade na unidade "Adolescer", desvelar-se-á a violência da supressão de direitos constitucionais concernentes a esses temas presentificada na escola. Por fim, o verdadeiro ressalto da métrica da sexualidade, a qual sustenta uma régua moral para o exercício de protótipos de corpo e exercício (representação) de feminilidade e de masculinidade normalizados (LOURO, 2016, 2014; MISKILCI, 2015), são descortinados enquanto falácias pedagógicas no LDP analisado, abscindindo a formação escolar, ceifando o exercício da

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

cidadania, contingenciando o acesso à saúde e asseverando discursos discriminatórios que embasam selvagerias contra a vida humana diariamente.

A Educação para a Saúde a partir da Análise Dialógica do Discurso

A Educação para a Saúde emerge como temática escolar a partir da segunda metade do século XX, nos Estados Unidos e, paulatina e progressivamente, em países de língua inglesa. Por sua vez, o Brasil inaugura o assunto contemplando-o como temática de pesquisa e de ensino, inicialmente vinculado às universidades, no final dos anos 1980. Com o avanço das décadas, políticas públicas de Educação e de Saúde se encontraram no espaço escolar (SCHALL & STRUCHINER, 1999).

Ao longo dos anos 1990 e dos decênios iniciais do século XXI, a "Educação para a Saúde" - ou "Educação em Saúde", como também é referenciado o tema – emerge em documentos oficiais para a Educação a partir da esfera federal, norteando ações públicas por toda a federação. Enquanto um conjunto de conhecimentos teórico-práticos para prevenir doenças e fomentar a saúde, os saberes da "Educação para a Saúde" estão ligados diretamente ao cotidiano das pessoas (COSTA & LÓPEZ, 1996). Nesse sentido, a literatura básica da temática nos grandes eventos disseminadores do tópico dialoga expressamente com os documentos educacionais brasileiros. Isso por que os Temas Transversais versam que "o nível de saúde das pessoas reflete a maneira como vivem, numa interação dinâmica entre potencialidades individuais e condições de vida" (1997, p. 27), logo, o seu dia a dia.

Noutra ponta, os PCN (2000) elevam a "Educação para a Saúde" como uma responsabilidade de toda a docência, o que reafirma a sua transversalidade, frisando, inclusive, que a temática deve ter centralidade nas aulas de Educação Física, haja vista os conhecimentos do profissional dessa disciplina serem de grande relevância para a comunidade escolar e entorno, além de ter importante atuação "para a recuperação ou manutenção da saúde" (BRASIL, 2000, p. 43). No mesmo sentido, a LDB (BRASIL, 1996), assinala que o dever do Estado para com a Educação se efetiva, dentre outras coisas, pela promoção, assistência e tratamento de saúde aos educandos. Dessa forma, verifica-se que a "Educação para a Saúde" constitui diretriz de proposições claras, mas aplicações distintas.

Sob tal conjectura, a presença do tema nos documentos oficiais, nas políticas públicas e em sala de aula se dá por meio de diálogos nem sempre consensuais ou dissensualmente explícitos. Para tal questão, notadamente enfocando os LDP como materialização desse enredo,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

convocar-se-ão os princípios bakhtinianos da Análise Dialógica do Discurso a fim de desencobrir os diálogos entre o discurso apresentado nas políticas públicas de "Educação para a Saúde" e a materialização dessa temática nos LDP. Por esse meio, há de ser evidenciada a leitura ideológica do discurso institucional implementador do Tema Transversal em glosa feita pelo material didático analisado, concebendo que todo discurso é naturalmente ideológico e que expressa tal orientação por seu percurso até culminar no objetivo daqueles que o produzem e de todas as vozes que direta ou indiretamente o erigem, em uma orientação dialógica ideologicamente alinhavada (BAKHTIN, 2003).

Tomando por base a perspectiva dialógica, logo, assume-se a linguagem enquanto fenômeno social e histórico, de modo que todo discurso é produzido com base no contexto socio-histórico de interação real entre sujeitos usuários da língua. Assim, a "Educação para a Saúde" figura enquanto um discurso concreto, situado no tempo e no espaço, produto e produtor de significados, componente de um fenômeno interacional maior. Justamente por isso, todos os discursos que alinhavam saúde e educação, principalmente sob um viés pedagógico, compõem um tecido discursivo amplo no qual estão em diálogo todas as vozes que versam sobre o assunto (VOLOSHINOV, 1997). Ou seja, tudo o que se diz acerca de uma prática de ensinança que oriente a comunidade escolar para ações de promoção e manutenção da saúde, seja individual seja coletiva, na verdade, não nasce do nada, haja vista fazer parte de um dizer outro, ancestral, componente desse e de outros dizeres de mesmo assunto que, por fim, constituem-se mutuamente.

A Análise Dialógica do Discurso: em que consiste e com ela o que se fará?

Sob a lente dialógica, um signo linguístico vai muito além da mera representação do pensamento ou de quaisquer reflexos da abstração mental, apontando, por sua vez, no sentido contrário ao asseverado pelos estruturalistas ao afixar que se trata de uma materialização de natureza social, histórica e ideológica através do linguístico. Portanto, toda manifestação linguística essencializa discursivamente contextuais posicionamentos ideológicos de uma sociedade ao, historicamente, debruçar-se sobre determinado quesito.

Todavia, ressalva-se que para Voloshinov (1929), tal qual para a leitura de Brait (2006), perceber um discurso em sua dialogicidade não consiste tão somente em dar conta de sua materialidade, posto que estejam inegavelmente em sua dimensão extralinguística relações de sentido que o atravessam e corporificam em afetamento com discursos outros. Por assim serem,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

chamam-se relações dialógicas aquelas de ordem semântica vinculante entre quaisquer tipos de enunciados em situação comunicacional, discursiva (BAKHTIN, 1979). Ainda concernente às relações dialógicas, o Círculo de Bakhtin as introduz como matéria de índole específica, de maneira que jamais podem ser estreitadas a meras relações lógico-dialéticas, havendo imperativa demanda por enunciados concretos de interactantes variados, ou seja, de, entre e sobre sujeitos discursivos distintos (BAKHTIN, 1979).

Por conseguinte, vem à tona que a Análise Dialógica do Discurso refuta a noção de língua enquanto sistema analítico hermético, orientando-se para a totalidade concreta da língua, acessível pelos usos que a fazem viva e ativa, no intuito de não lhe alienar a real enunciação em que se alicerça a propriedade dialógica da linguagem (BAKHTIN, 1929). Segundo essa diretriz, Brait (2006, p. 13) anuncia que o desígnio da Análise Dialógica é escrutinar "campos semânticos, descrever e analisar micro e macroorganizações sintáticas, reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o(s) discurso(s) e indicam sua heterogeneidade constitutiva, assim como a dos sujeitos aí instalados". Frise-se que tudo isso se dá ofertando igual atenção ao gênero discursivo em que se materializa o dizer, bem como os gêneros e os discursos outros que o dão forma, além de perquirir as atividades nas quais tradicionalmente tais gêneros e discursos se realizam e a que servem, investigando o discurso através dos diálogos que estabelece até se "chegar ao inusitado de sua forma de ser discursivamente, à sua maneira de participar ativamente de esferas de produção, circulação e recepção, encontrando sua identidade nas relações dialógicas estabelecidas com outros discursos, com outros sujeitos" (BRAIT, 2006, p. 14).

Pelo exposto, fulgura imperativa a substância socioideológica da língua em detrimento das míopes lentes do objetivismo abstrato de outrora, estando essa essência ideológica no cerne dos estudos dialógicos. Portanto, tomando por sustentáculo o dialogismo bakhtiniano, arvorar-se-á no desvelamento de estruturas ideológicas presentificadas na abordagem dada à transversalidade "Educação e Saúde" no LDP - Português: Linguagens, reiterando um ensino promovedor de saúde e bem-estar como obrigação da escola básica, à luz do dever do Estado para com o ensino básico, segundo a LDB (BRASIL, 1996), incidindo sobre tal perscrutação a pertinência do tema "Orientação Sexual" na presente matéria por seu hodierno emaranhamento na vigente realidade da saúde brasileira e relevância à cidadania.

"Educação para a Saúde": apontando diálogos nos documentos oficiais

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

Elegendo os PCN como ponte de partida para a interpelação almejada, há-se de centralizar a própria proposição da transversalidade, a qual é anunciada ilustrando que "o respeito à diversidade é o principal eixo da proposta" (BRASIL, 2000, p.4), assinalando, com isso, que o documento não trará orientações unilaterais, proposições unívocas ou determinação de padrões de ensino, de aprendizado, de avaliação, de elenco e trato temático sob a égide de um ponto de vista singularizado. Além disso, o mesmo texto ressalta que a educação escolar deve levar o educando à "sistematização de um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar", com vistas à atuação do alunado na vida social, içando velas rumo à cidadania, ao trabalho e à uma prática de estudos continuada (BRASIL, 2000, p. 5).

Ladeando o apresentado, ora com a LDB ora com o PNLD, identifica-se, respectivamente, uma consonância nas diretrizes educacionais públicas no tangente ao elencado no artigo terceiro da Lei 9394/1996, o qual versa sobre a faculdade da liberdade de ensino, de aprendizagem, de pesquisa, de promoção e de divulgação da cultura, do pensamento, das artes e dos múltiplos saberes, da mesma forma que chancela o pluralismo ideológico e a diversidade pedagógica, como assevera também o inalienável acatamento às liberdades fundamentais e a inexorável postura de tolerância e respeito às diferenças, às divergências e às diversidades de ser, de pensar, de agir e de exercer a cidadania (BRASIL, 1996); no mesmo sentido, o Guia do PNLD 2018 para o Ensino Médio pontua que à escola cabe "respeitar o princípio de liberdade e os ideais de solidariedade humana, visando, assim, o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2018, p. 7-8).

De maneira inequívoca, ao longo do dissertado, vê-se que a Educação e a escolarização emergem nos documentos como ambiente de formação para a cidadania e a vida cidadã para além dos perímetros pedagógicos, estando o respeito à liberdade, a cidadania, a tolerância e a qualificação para o mercado de trabalho figurando como palavras-chave em todos os textos contemplados (LDB, PCN, Temas Transversais e PNLD). Certamente, tais colocações dialogam com os princípios postulados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, pela Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, de 1776, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e pela Constituição Federal Brasileira, de 1988, em cujas páginas estão asseguradas as conceituações dadas como direito inalienável de toda as pessoas segundo o ideal de cidadania e de humanidade que se forjaram a partir da Revolução Industrial, entre 1760 e 1840, e da Revolução Francesa, de 1789, sob o lema Liberté, Egalité,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

Fraternité, expressando culminância nos principais tratados educacionais do mundo globalizado, evidenciando-se aqueles de autoria dos órgãos das Nações Unidas (ONU), como a UNESCO e o UNICEF.

Nesse sentido, salta às vistas uma orquestração ideológica afinada nesses discursos, tomando a ideologia, na percepção bakhtiniana, como sendo uma expressão, organização e regulação das relações humanas em sua historicidade e materialidade (MIOTELLO, 2016). Ou seja, os documentos oficiais brasileiros para o norteamento da Educação estão inscritos dentro de uma tradição de valores e pontos de vista compartilhada pela maioria dos países do Ocidente, não havendo, portanto, ineditismo adâmico nenhum no que dizem. Por essa razão, sejam os documentos em glosa sejam os LDP, incluindo-se o analisado nessa pesquisa, os discursos pedagógicos encontram uma diretriz discursiva que, tal qual discute Grillo (2016), os reúne em um enunciado concreto e complexo tecido por fios discursivos que se atravessam objetiva e subjetivamente, a refratar uma conjuntura axiológica, em cumprimento a um objetivo ideológico prefixado.

Sem degenerar o dado quadro, a "Educação para a Saúde" irrompe na promoção de uma escolarização cidadã em semelhante enquadramento. Amplificando as lentes sobre o averiguado, nas orientações para aplicação dos PCN-EM (2000, p.150), destaca-se que à escola recai tornar a escolarização uma experiência de construção de conhecimentos a partir de contextualizações significativas à vida dos estudantes, contemplando sem racionamentos questões ligadas a "preocupações como aparência, sexualidade e reprodução; hábitos de alimentação; limites, capacidade física; consumo de drogas; papel do esporte; repouso, atividade e lazer; padrões de beleza e saúde corporal impostos pela mídia e pelo contexto" sociohistórico e cultural em que vivem os estudantes. Com isso, o texto põe em mira a saúde dos jovens como um coletivo de saberes de ordens diversas – do estético ao toxicológico, passando pela sexualidade e sem deixar de ponderar a necessidade de ócio.

No mesmo sentido, os Temas Transversais (1997, p. 7) elucidam que um dos objetivos do Ensino Fundamental é a promoção do ensino e da aprendizagem que leve os jovens a "conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva", como base para um processo continuado de produção de saberes ligados à promoção, manutenção e restauro da saúde e do bem-estar. A mesma fonte nociona ainda que tal objetivo compõe um princípio ético da Educação, estando a Sexualidade e a Saúde no métier da ensinança legitimada e legitimadora das práticas e valores concernentes às relações

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

humanas, tanto no plano social quanto na dimensão das ações pessoais (BRASIL, 1997, p. 25). E nos moldes do traçado, a própria Constituição Federal vai ofertar a saúde como direito fundamental do cidadão, havendo sobre o Estado a obrigação de a ofertar de maneira universal por meio de políticas públicas - inclusive as educacionais, de acordo com a Lei Federal N196. O dispositivo legal crava como impostergável o agir público em favor da "redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (BRASIL,2018).

Da proa à popa, olhos nus identificam os diálogos estabelecidos nos discursos escritos – e inscritos – na LD, nos PCN, nos TT e no PNLD alusivos à saúde e à "Educação para a Saúde", sendo vívidos os sentidos de ambas como ações de prevenção/combate de doenças, manutenção de condição de não enfermidade, e tratamento/restauro/reestabelecimento da saúde. Isso inclusive ao abarcar os entrelaces do tema com a sexualidade, haja vista que a limita à condição de orientação: "o estudo do corpo humano não se restringe à dimensão biológica, mas coloca esse conhecimento a serviço da compreensão da diferença de gênero (conteúdo de Orientação Sexual) e do respeito à diferença (conteúdo de Ética)" (BRASIL, 1998, p. 27), ao passo em que esse "trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa" com vistas a "oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade", sem desfocar o "reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola" (BRASIL, 1997, p. 28). Logo há uma clara interação dialógica entre os dois textos e a Constituição de 1988, havendo uma tradição discursiva relativa ao direito à saúde como direito cidadão e essa cidadania como filha de uma tradição ocidental eurocêntrica (pós Revolução Francesa, como já explicitado).

Noutra ponta, em suma, têm-se os diálogos tocantes à transversalidade do tema:

> Para se entender o que é saúde e como preservá-la, é preciso ter alguns conhecimentos sobre o corpo humano, matéria da área de Ciências Naturais. É também preciso ter conhecimentos sobre Meio Ambiente, uma vez que a saúde das pessoas depende da qualidade do meio em que vivem. Conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática também comparecem: questões de saúde são temas de debates na imprensa, informações importantes são veiculadas em folhetos; a leitura e a compreensão de tabelas e dados estatísticos são essenciais na percepção da situação da saúde pública (BRASIL, 1998, p. 28).

Afixando o ponto de vista assumido para o tratamento da "Educação para a Saúde" como sendo (e devendo ser) comum às abordagens realizadas ao longo das disciplinas que compõem o currículo escolar básico - incluindo-se a de Língua Portuguesa -, sendo a temática

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

uma responsabilidade da escolarização formal e um elemento essencial à constituição da cidadania em exercício.

O bem dito e o mal dito: a "Educação para a Saúde" no Livro Didático de Português

O engenho analítico dessa pesquisa contou com o princípio dialógico bakhtiniano (1929; 1952;1979), a partir da materialidade vinculante nas relações dialógicas entre os discursos do LDP e os presentes nos documentos oficiais sobre "Saúde" na unidade "Adolescer" de Português: Linguagens, para o 8º ano do Ensino Fundamental (CEREJA & MAGALHÃES, 2014). O recorte selecionado para a pesquisa se deu em virtude de compreender os educandos no momento de transição entre a infância e a adolescência, tanto na faixa etária dos alunos regulares quanto na abordagem temática. Dessa forma, faz-se pertinente conhecer a unidade e como aborda o seu público-alvo e as temáticas elencadas, a fim de contextualizar as vozes e os discursos que nela alinhavam a "Educação para a Saúde".

Adolescer é formada por 3 capítulos (I. Na porta da vida; II. É difícil crescer; e III. A pérola da solidão), demandando 65 laudas (p. 85-151) preenchidas com 34 textos. O que abre a unidade é "Tormento", de Elias José (p. 86), e nele veem-se os hormônios em ebulição adolescente e seus efeitos colaterais: espinhas. Ao longo das estrofes, vinculam-se as espinhas à "má alimentação", mas centralizando os seus nocivos efeitos estéticos ("Será que vão deixar crateras na minha cara?") e apontando seus vínculos com a sexualidade ("acho que a vó tem razão: espinha é vontade de casar"). Isso alude ao disposto nos documentos sobre a "Educação para a Saúde" dar conta de "aparência, sexualidade e reprodução; hábitos de alimentação; limites, capacidade física; consumo de drogas; papel do esporte; repouso, atividade e lazer; padrões de beleza e saúde corporal" (BRASIL, 2000, p. 150).

Curioso que os cuidados naturais de combate à acne não são abordados ao longo da unidade, havendo uma omissão tanto à saúde da pele dos jovens quanto às relações entre higiene pessoal, alimentação e exercícios físicos no caso das espinhas. Em situação outra, a temática marital segue sendo elucidada: o texto de abertura do capítulo I é o "Porta de Colégio", de Affonso Romano de Sant'Anna (p. 90-91), e nele há novas menções ao casamento, todas elas ligadas a personagens femininas, porém sem qualquer explanação no texto ou noutros do capítulo e da unidade sobre questões de saúde ligadas à vida marital, como a sexualidade, o sexo e a maternidade, por exemplo.

Para não negar que há menções à sexualidade, o mesmo texto de Sant'Anna tem em suas linhas: "Aqui e ali um casal de colegiais, abraçados, completamente dedicados ao beijo. Beijar em público: um dos ritos de quem assume o corpo e a idade. Treino para beijar o namorado na frente dos pais e da vida, como quem diz: também tenho desejos, veja como sei deslizar carícias." (p. 90). Todavia, inexistem debates acerca das mudanças sofridas no corpo ao longo da puberdade, do desenvolvimento da sexualidade, do despertar da libido, das peculiaridades do corpo, do sexo e da sexualidade para cada gênero, ou mesmo das sexualidades. O livro é omisso. Doenças? Um vazio temático.

Ainda que as enfermidades ditas venéreas estejam expressamente postas como pilar dessa transversalidade, estando a prevenção das DST como parte basilar dos conteúdos para orientação sexual nos 3º e 4º ciclos (BRASIL, 1998, p. 325), ou elucidada como trabalho de orientação sexual nos grifos dos TT (BRASIL, 1997, p. 24), até mesmo a abordagem da AIDS,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

presente em todas as recomendações oficias de ensino da saúde nas escolas, ainda mais em ciclos em que se discutam diretamente a sexualidade, figura ausente. Nota-se também a inexistência de um certame acerca das questões de gênero, haja vista que a unidade não vozeia a temática, considerando, inclusive, a ruptura do binarismo masculino-feminino como única métrica classificatória, assim como não dá luzes ao debate da cisgenericidade, da transgenericidade e da agenericidade, tal qual ignora os argumentos sobre o aspecto biológico de concepções de gênero e os argumentos sociais, quiçá objetivando manter uma narrativa já normalizada (MISKOLCI, 2012). Entretanto, ao que se faz notar, as relações de gênero ocupam campo das transversalidades (BRASIL, 1997, p. 28), incitando à reflexão sobre os laços entre gênero e sexualidade (BRASIL, 1998, p. 27), bem como as mudanças sociais e históricas vividas no hodierno pela cultura de gêneros, dando destaque aos novos papéis e lugares da mulher na sociedade (BRASIL, 2017, p. 9). Depreende-se da cena igual omissão em abordar questões de saúde alusivas a tais questões.

Por mais que os documentos imperativamente conclamem, a saúde dos jovens, e mais detalhadamente, a saúde de garotos e garotas, homens e mulheres, é negligenciada pelo LDP Português: Linguagens no capítulo em perquirição. O Brasil conta com aproximadamente 59.700 casos de câncer de mama, 16.380 casos de câncer do colo do útero, 6.150 novos casos de câncer de ovário, 68.220 casos de câncer de próstata e 6000 casos de câncer de pênis, segundo dados do Instituto Nacional do Câncer para 2018 (INCA, 2018), tendo por principal fonte o SUS, além de mais de 10 milhões de brasileiros contaminados com algum tipo de DST, de acordo com registros do Ministério da Saúde (SUS, 2018), mas a unidade “Adolescer” passa acriticamente pelo tema, sendo omissa às questões de saúde e à “Educação para a Saúde” preconizadas pelo discurso oficial em seus documentos norteadores.

A “Educação Sexual” tem outra interpelação iníqua na unidade. A higiene dos órgãos genitais é calada. Os tipos de sexo (oral, vaginal, anal e gouinage, por exemplo) não constam trabalhados. O sexo como reprodução e o sexo como prazer não têm espaço nas 65 páginas averiguadas. Em igual situação, a erotização também não é tratada nos 34 textos. Nesse meio, as DST também formam o conjunto dos temas silenciados. Sejam nos textos que compõem a unidade, sejam nas atividades de compreensão e interpretação de texto, seja na análise linguística ou nos boxes de leitura complementar ou de motivação para a produção textual, mais e mais vácuos são descobertos acerca da temática. Por isso, impõe-se indelével a ruptura no discurso da “formação do aluno para o exercício da cidadania compreender a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social” (BRASIL, 1997, p. 28), apontando a práticas que fomentem à prevenção de doenças, à manutenção da saúde e ao tratamento de enfermidades (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998; BRASIL, 2000; BRASIL, 2018).

Adicionalmente, doenças relativas à mente passam ao largo da unidade “Adolescer”. Talvez, em busca de não precarizar seus leitores, preconceituosamente, o LDP não queira dialogar com a cultura do “psicólogo é coisa de doido” ainda muito presente no Brasil. O fato é que não se abordam as emoções como campo de doenças, ou a responsabilidade afetiva, a depressão ou o bullying sobre uma perspectiva de saúde coletiva. O bem-estar é explicitado sobre óticas múltiplas na proposição das transversalidades, sendo ligado à autoestima, à

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

autoaceitação, à lida com os padrões de beleza, à ansiedade... Contudo, não há menção ao assunto no corpus.

Todavia, o poema de Elias José (p. 108-109) intitulado "Saturação" aborda o universo de conflitos psicológicos, da sensação de isolamento, incompreensão, tristeza e revolta dos adolescentes: "qualquer dia viro fera/faço a trouxa/ e ganho asas", (...) "Não aguento mais discurso de mãe/ caretice de pai/ e tortura de irmãos", (...) "deveres todos/ direitos poucos/ asas cortadas", (...) "se não fosse o medo", (...) "qualquer dia viro a mesa/ viro fera e me dissolvo no ar", (...) "quero ver só quem vai chorar/ de saudades". O texto se mostra um exemplar prototípico do tratamento dado pelo Português: Linguagens às questões emocionais, sentimentais, subjetivas e inconscientes dos jovens: não debatendo o tema.

Entretanto, os PCN orientam cuidados à saúde mental e as põe como causas de "doenças psicossomáticas, como ansiedade, frustração e depressão, ou até um sentimento generalizado de insatisfação prejudicando as relações interpessoais (BRASIL, 2000, p.36), em expresso diálogo com a LDB, a qual em seu artigo 29 assinalada o desenvolvimento integral dos aspectos psicológicos dos educandos, havendo ainda no artigo 71 (iv) a garantia da assistência psicológica aos estudantes e a especificação da dotação orçamentária para tal custeio (BRASIL, 1996); enquanto que os TT destacam que os cuidados psicológicos desenvolvem referência à própria constituição da autonomia, sendo fulcral à formação cidadã a que se vocaciona a escola (BRASIL, 1997).

A partir dos percursos de desencontro discursivo entre o verificado no LDP avaliado e os diálogos alinhavados pelos documentos em que se explicitam as políticas públicas para a Educação nacional, urge explicitar, porém, que os discursos de omissão vistos em Português: Linguagens indicam filiações discursivas, portanto ideológicas, a pontos de vista outros. Desmond Tutu certa vez proferira que "se você é omisso em situação de opressão, você escolhe o lado do opressor", logo todo silêncio é uma fala, é uma posição tomada. Assim, pode-se assumir que o livro de Cereja & Magalhães (2014) silencia questões de gênero, sexo e sexualidade ao tratar da adolescência, ignorando assuntos de saúde imbricados, a fim de não dar relevo às orientações sobre as identidades não padrão (e abjetas), às sexualidades não heteronormativas, aos relacionamentos não binários e não cabíveis à fórmula "casal", para citar apenas algumas questões, como em outras obras identificou Louro (2016; 2015).

No tocante à saúde mental, a unidade se esquiva de assuntos como distúrbios alimentares, stress, bullying, autoestima, ..., mas também de temáticas ligadas à violência - física e psicológica - e seus traumas, igualmente de relações abusivas, violência doméstica, violência de gênero, violência sexual – como estupros, inclusive entre casais casados -, e violência como exercício de autoridade. Assim, se os documentos assinalam que contemplar as referidas questões é nodal à escolarização cidadã, "Adolescer" a cerceia por clara opção.

Dizeres Desvelados, Quereres Revelados: considerações finais

A imersão na unidade "Adolescer" de Português: Linguagens, por fim, traz à baila vozeamentos e apagamentos que figuram como autorizados pelo Estado, haja vista a aprovação do livro como material didático passível de uso na escola pública pelo PNLD desde a primeira edição da avaliação (SARAIVA, 2019). Nesses termos, tanto o dito quanto o não dito atendem a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

orientações ideológicas manifestadas pelo discurso, explícita ou implicitamente, havendo em ambos inúmeros diálogos entre vozes e discursos a guiar o leitor do LDP através da materialização ideologia de cada dizer, já que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 1952/53, p. 272).

Ignorando questões que refutam normalizações ligadas à sexualidade, por exemplo, desde o sexo como atividade de prazer até as sexualidades não heteronormativas, “Adolescer” assume posicionamento ortodoxo, pelo qual um viés bakhtiniano claramente destacaria intersecções com discursos conservadores de base cristã, fundamento religioso e social que condena a sexualidade sob as lentes do lúdico e alheia à procriação, bem como qualquer alternativa ao sexo heterossexual, sendo anormal e de abjeção fundamentada na ideia de pecado, de abominação, de perversão e de diabolismo. Também essa perspectiva teórica, em que “cada enunciado dever ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes” (BAKHTIN, 1952/53, p. 297), permite ver laços entre "Adolescer” e o pensamento cristão ao abordar assuntos maritais vinculados ao gênero feminino, pois a doutrina católica que embasa o Cristianismo delega ao homem o provento e a segurança, e à mulher a constituição de uma família por vias genitoras.

Ainda sob as lentes do Círculo de Bakhtin, ao abordar a saúde apenas pelo viés do físico e burlando temas que poderiam desagradar grupos mais conservadores, o livro tenta assumir uma pretensa neutralidade, sendo-a impossível, pois todos os signos são ideologicamente carregados em virtude de serem perpassados por apreciações valorativas, das quais um propor-se neutro já é uma valoração ideológica (VOLOSHINOV, 1929). Com isso, havendo uma indicação documental expressa para abordar a orientação sexual (BRASIL, 1997) em classe, com vistas à relação entre gênero e sexualidade (BRASIL, 1998) e as implicações da temático no tangente à saúde, expressamente aludindo às DST (BRASIL, 2000), chancelando esses temas como parte da formação cidadã (BRASIL, 1996) enquanto direito fundamental inscrito na Constituição (BRASIL, 2018), ao negar filiar-se a essas vozes que edificam o discurso oficial, “Adolescer” responde a vozes de um discurso outro.

Em suma, não discutir questões assinaladas pelos documentos oficiais pertinentes posiciona o Português: Linguagens como contrário às temáticas, abordagens e movimentos percebidos pelos agentes públicos nacionais dentre as vicissitudes sociais relacionadas a esses quesitos e didatizadas para comporem a experiência cidadã de escolarização, construção de saberes e aquisição de autonomia. Por tal meio, o livro se solidifica sobre uma perspectiva de educação que toma o objetivismo abstrato e uma estimulação contínua a didáticas acríticas como mecanismo de manutenção do estado normalizado vigente, ainda que à custa de direitos, traumas, abjeções, marginalizações, apagamentos e mortes. Trata-se de um discurso afinado com os discursos de discriminação, intolerância, desrespeito e violência tencionado a transpassar e compor a aula de português, demandando ao docente olhar e práticas de recusa, resistência e resposta animadora e motivadora do alunado.

REFERÊNCIAS

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.
Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

ALVES, V. S. Um modelo de educação em saúde para o programa saúde da família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.9, n.16, p.39-52, 07.2004/02.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a04.pdf>. Acesso em: 10.03.2009.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In.: Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 277-326.

BAKHTIN, M.;VOLOCHINOV, V.N. Marxismo e filosofia da linguagem (1929). Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: Brait, Beth (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer - INCA. Tipos de Câncer. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Sistema Único de Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer>. Acessado em 18.06.2019.

BRASIL. Senado Federal. Constituição Federal reconhece saúde como direito fundamental. Brasília, DF: Senado Federal Brasileiro, 2018. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/constituicao-30-anos/textos/constituicao-federal-reconhece-saude-como-direito-fundamental>. Acessado em 16.06.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: Boletim Epidemiológico - HIV Aids Julho de 2017 a junho de 2018, 2018; Disponível em: <file:///C:/Users/Eduardo%20Henriques/Downloads/boletim_hiv_aids_12_2018.pdf> Acessado em 18.06.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. PNLD 2018: apresentação – guia de livros didáticos – ensino médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, SEB, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Alteração Dispositivo de Formação de Professores – Lei Nº 12796/2013. Brasília, DF: Presidência da República: Gabinete da Casa Civil, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acessado em 14.07.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (PCN-EM). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acessado em 12.06.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+ - EM). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>. Acessado em 14.06.2019.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.

Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental – Temas Transversais (PCN – EF – TT). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acessado em 20.06.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (PCN – TT). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acessado em 12.06.2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Nº 9294/1996. Brasília, DF: Presidência da República: Gabinete da Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em 12.06.2019.

COSTA, M.; LÓPEZ, E. Educación para la salud. Madrid: Pirámide, 1996. p.25-58.

GRILLO, S. V. de C. Esfera e Campo. In. BRAIT, B. (org.). Bakhtin – outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2016.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2016.

MISKOLCI, R. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007.

SARAIVA. A coleção Português: linguagens é aprovada no PNLD 2017. Blog do Cereja. Recife, 2019. Disponível em: <http://portuguescereja.editorasaraiva.com.br/a-colecao-portugues-linguagens-e-aprovada-no-pnld-2017/> Acessado em 21. 06. 2019.

SCHALL, V. T. STRUCHINER, M. Educação em saúde: novas perspectivas. Cad. Saúde Pública [online]. 1999, v. 15, suppl. 2, pp. S4-S6. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v15s2/1282.pdf>. Acesso em: 10.03. 2009.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 50-64, jan./abr. 2022.

Recebido em: 02/12/2021 | Aceito em: 04/02/2022